

De forma imediata a Associação Académica de Coimbra (AAC) pronunciou a sua profunda discordância para com este diploma e suas prescrições, afirmando também paralelamente que não compreendia a que luz de que critério razoável e bem fundamentado se incluíam as bolsas de estudo neste diploma. Carregando sobre elas as mesmas determinações que passavam então a regular prestações tais como o Complemento Social para idosos, o Subsídio de Desemprego e o Rendimento Social de Inserção, pois desde logo, não percebemos como uma realidade tão diferente como os objectivos que sustentam a existência dessas 3 prestações sociais se pudesse aplicar às bolsas de estudo, que possuem um escopo totalmente diferente em nada comparável com esses outros apoios.

Por esta razão e também porque a manterem-se as Bolsas de Estudo dentro do âmbito de aplicação desse Decreto-lei, tal realidade se consubstanciaria num massivo corte nos apoios a serem concedidos aos estudantes do Ensino Superior. A AAC desde esse dia que vinha exigindo a retirada das bolsas de estudo do objecto desse Decreto-lei.

Com a passagem do tempo, e tomando contacto com as implicações que o novo regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e suas Normas Técnicas traziam para os estudantes do Ensino Superior, nomeadamente a retirada milhares de bolsas de estudo a estudantes efectivamente carenciados e consequente abandono do Ensino Superior de estudantes com poucos recursos económicos, a AAC sentiu que estas medidas não poderiam permanecer, pois por mais que contribuíssem para uma redução imediata da despesa pública, estas decisões contribuiriam muito mais para a negação total do Princípio da Igualdade de Oportunidades no nosso país, bem como para a reunião das condições de sustentabilidade económica e social de Portugal, tais quais são a existência de uma mão-de-obra altamente qualificada e o sinal de que o mérito no nosso país tem muita mais importância do que os rendimentos das famílias em que os jovens nascem.

A AAC programou, esquematizou e concretizou um plano estruturado cujo objectivo era o de retirar as bolsas de estudo âmbito de aplicação do Decreto-lei 70/2010. Pois eram as condições de um futuro melhor, mais justo, mais solidário e sustentável que estavam a ser colocadas em causa com tamanha diminuição de investimento na Educação e nos estudantes mais carenciados.

Com o agudizar destas implicações nos estudantes, e com a renúncia total dos responsáveis governamentais para uma reversão desta nefasta situação, a AAC não teve outra alternativa senão a de mobilizar milhares de estudantes para a Assembleia da República a fim de sensibilizar os deputados da nação para a justiça do que defendíamos e para as graves consequências a longo prazo que, a manter-se esta situação, surgiriam para o nosso país.

Após essa grande demonstração do espírito interventivo, do espírito de mudança e da confiança em Portugal, por parte dos estudantes da Academia de Coimbra e do Ensino Superior nacional, os Deputados reconheceram a justiça das nossas reivindicações e aquilo porque pugnávamos.

Assim, desde essa hora que vários grupos parlamentares começaram a trabalhar no sentido de encontrar soluções no sentido de reverter o cenário que até então nos deparávamos.

Todo o trabalho teve o seu apogeu na passada quarta-feira, quando uma proposta que afirmava a retirada das bolsas de estudo do âmbito de aplicação do Decreto-lei 70/2010 foi aprovada com votos favoráveis de todos os Partidos da Oposição. Esta orientação de votos, transversal a todas as orientações políticas da esquerda à direita, sustenta de forma cabal a justiça de tudo o que defendemos, bem como a sustentabilidade das nossas posições e que o nosso projecto para o desenvolvimento de Portugal se encontra correcto.

A última quarta-feira foi um dia histórico para a AAC, para os Estudantes do Ensino Superior e, mais que tudo, para Portugal. Foi o dia em que de uma vez por todas se afirmou de forma concreta e precisa, de que o modelo que permitirá que Portugal entre numa rota de desenvolvimento sustentado e a longo prazo é com cidadãos nacionais altamente qualificados e com toda a população a reconhecer que através do seu trabalho, estudo e dedicação poderá melhorar a sua situação.

Miguel Portugal

Presidente

Associação Académica de Coimbra

www.academica.pt